UFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍCAS PÚBLICAS
QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI

AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO:
a saúde do trabalhador demanda para o Serviço Social

Martha Daniella Tenório de Oliveira[1]

RESUMO

Este trabalho é fruto da pesquisa desenvolvida no Curso de Mestrado na UFPE. Objetiva-se a contribuir com a reflexão sobre as transformações no mundo do trabalho e suas implicações para o Serviço Social. Apresentaremos partes do resultado da pesquisa em termos das atribuições e do conjunto de benefícios sociais organizados pelas empresas e executados pelos assistentes sociais. Na pesquisa efetuada, defrontamo-nos com uma demanda expressiva de saúde para o trabalhador; pois a saúde do trabalhador constitui uma expressão concreta da realidade sócio-econômica e política das relações de trabalho, colocando novos desafios para o desenvolvimento do século XXI.

Palavras-Chave: Trabalho, Demandas, Saúde.

ABSTRACT

I work is produce from research developed into the Course of Masters degree on UFPE. Object - if the add up with the reflection on the subject of the transformations into the world of the I work & his implications about to the service Social. We'll present characters of the result from research in terms from the assignments & of the set of benefits socials organized by companies & carried out bristles helper's socials. On research effectuate , face-to-face - on the with a demand expressive of health about to the worker ; as the health of the worker constipated an expression make concrete from reality partner - economic & policy from the relations of I work , by setting new defiance's about to the development of the 21st century.

Key words: Work, Demands, Health.

1 INTRODUÇÃO

A temática central desta pesquisa está voltada para a atuação dos assistentes sociais nas políticas de recursos humanos em organismos empresariais no Estado de Alagoas. A pesquisa se propôs a analisar a contribuição do trabalho dos assistentes nas políticas de recursos humanos em empresas privadas do Estado de Alagoas. Para tanto, tomamos como determinantes a identificação do conjunto de benefícios sociais e das atribuições colocadas pelas empresas aos assistentes sociais. Verificamos as demandas e desafios postos na operacionalização da prática profissional, o que nos permitiu desvendar as estratégias de ação profissional naquele espaço sócio-ocupacional.

Na tentativa de proporcionar respostas plausíveis as questões levantadas no processo investigativo, foram desenvolvidas por um triplo esforço de caráter metodológico,

[1] Mestra em Serviço Social-UFPE Professora Assistente da Universidade Federal de Alagoas

materializado nas pesquisas bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa de campo implicou numa análise de cunho qualitativo que se realizou através dos depoimentos das assistentes sociais. Na área de recursos humanos existem 36 profissionais, sendo que 17 deles estão atuando nos organismos empresariais privados. E desse universo, extraímos uma amostra de 41%.

A pesquisa bibliográfica analisou um material bibliográfico que possibilitasse compreender e produzir uma análise acerca da dimensão político-educativa do processo de reestruturação produtiva, destacando, sobretudo, as mudanças tecnológicas e as de gestão da força de trabalho. Posteriormente, adentramos as demandas para o Serviço Social frente ao processo de reestruturação produtiva.

Na pesquisa documental encontramos a incidência de: 14 programas e 3 projetos empresariais; 5 programas e 13 projetos do Serviço Social. Os programas e projetos específicos do Serviço Social se relacionam diretamente com os das empresas; assim, entende-se que o Serviço Social nestas empresas busca desenvolver suas ações em consonância aos objetivos e metas estabelecidas pela própria órbita empresarial. Acrescenta-se que os projetos e programas das empresas pesquisadas encontram-se atendendo às exigências do processo de reestruturação produtiva, envolvendo questões de educação para saúde, de meio ambiente, qualidade de vida, relações de trabalho, família, qualidade no trabalho, entre outras. As demandas relacionadas à saúde do trabalhador ganham relevo, sobretudo, a assistência à saúde; educação para saúde e qualidade de vida; ações sócio-educativas preventivas, destacando-se a prevenção de riscos sociais (saúde, segurança no trabalho e meio ambiente).

Observamos ainda, os inúmeros desafios que se colocam para a ação profissional na promoção e prevenção da saúde, seja como forma de minimizar as seqüelas das mudanças estruturais na organização do trabalho que afetam a saúde do trabalhador, ou na viabilização e sensibilização na busca pelos direitos à saúde, implicando decisivamente melhoria na qualidade de vida.

2 DESENVOLVIMENTO

O processo de reestruturação produtiva se situa no contexto da crise capitalista vigente e consiste num processo de restauração econômica do capital e do ambiente de intervenção política entre classes no Estado e nas condições de reprodução social. A recomposição do capital através das transformações socioeconômicas e políticas ocorridas também incide fortemente nas intervenções profissionais, levando-as a uma adequação e reprodução desse modo de produzir. Segundo Mota:

> a atual recomposição do ciclo de reprodução do capital, ao determinar um conjunto de mudanças na organização da produção material, nas modalidades de gestão e consumo da força de trabalho, provoca impactos nas práticas sociais que intervêm no processo de reprodução material e espiritual da força de trabalho, no qual se inclui a experiência profissional dos assistentes sociais (1998 p.24).

A reestruturação produtiva vem sendo considerada uma nova forma qualificada de dar respostas à crise da acumulação capitalista. Há, portanto, nesse processo uma inovação na forma de organizar a produção e os mercados, bem como nas novas formas de gestão da força de trabalho. A reestruturação produtiva delineia uma nova racionalidade ideopolítica e técnica que penetra toda a política de recursos humanos.

Diante do conjunto de mudanças, em que a reestruturação produtiva se processa no mundo do trabalho, assim como, suas inflexões nos conteúdos da ação profissional do assistente social, podem-se destacar em sua atuação: o redimensionamento do uso da informação; a introdução de uma outra racionalidade técnica, subordinada aos princípios da eficácia/ eficiência: a implantação dos programas participativos com a incorporação da filosofia da qualidade total; e a ampliação do sistema de benefícios e incentivos.

A política de recursos humanos em empresas alagoanas tem apresentado aspectos relativos ao processo de reestruturação produtiva, sobretudo quando se refere: ao conjunto de benefícios sociais e atribuições (programas e projetos), organizado pela órbita empresarial e executado pelo assistente social.

A pesquisa efetuada defrontou-se com uma relação extensa de atividades/atribuições assumidas pelos profissionais de Serviço Social. No seu cotidiano profissional o assistente social informa e explicita os direitos e deveres, faz encaminhamentos sociais dos usuários a outras instituições que disponibilizam equipamentos, serviços e recursos sociais. Realiza orientações e atendimentos, individuais, grupais e comunitários, de acordo com a necessidade exposta das instituições e usuários, organiza eventos, cursos, treinamentos e campanhas sócio-educativas, concede benefícios legalmente reconhecidos (trabalhista e previdenciário), faz visitas domiciliares, hospitalares e ao campo de trabalho, distribui auxílios materiais de diversas ordens (funeral, escolares, materno-infantil e cesta básica alimentar etc.), contribui para potencializar e garantir o aumento da produtividade providencia atendimentos, avalia programas, verifica a rotatividade do fluxo populacional atendido, entre outros.

As novas atribuições exigidas ao assistente social atualmente são: desenvolver programas voltados à saúde do trabalhador, em outras palavras, ações de promoção e

prevenção[2] (doenças sexualmente transmissíveis, inclusive AIDS, uso de drogas, hipertensão, diabetes, prevenção de estresse, de acidentes de trabalho, à saúde da mulher e outros), a coordenação de trabalhos voltados à qualidade do meio ambiente, de vida, à escolarização, e os acompanhamentos aos trabalhadores hospitalizados e a inserção do trabalho em equipe interdisciplinar. As entrevistadas comunicaram que a inserção dos assistentes sociais neste campo de trabalho fôra ocasionada principalmente pela formação que possuíam (Serviço Social). Este dado permite afirmar que, se um dos critérios exigidos para a inserção no setor de R.H é a formação profissional, preferencialmente em Serviço Social, há portanto, uma legitimação da profissão na respectiva área.

Apontam-se como as principais tendências dos programas e projetos em recursos humanos no âmbito privado, os treinamentos e desenvolvimentos das pessoas; as prevenções de riscos sociais (segurança no trabalho, saúde, meio ambiente) e, por fim, aqueles direcionados à educação (para o trabalho, escolar, para a saúde e para as questões ambientais). Essas tendências, não são dicotômicas e nem antinômicas, muito pelo contrário, se apresentam em total harmonia e todas concorrem para uma única finalidade, que se traduz no afastamento das possíveis situações de insatisfação, conflitos e danos à órbita empresarial.

De acordo com esta exposição, torna-se perceptível que nestes projetos e programas há uma preocupação das empresas privadas de Alagoas, que desenvolvem a política de recursos humanos em: treinar e desenvolver as pessoas, integrar, educar, ampliar benefícios, entre outras. Percebemos claramente que as empresas têm se preocupado com as questões de prevenção, principalmente, as relacionadas com a saúde. Pois, este é um programa que incide fortemente no desenvolvimento das atividades empresarias. A saúde do trabalhador como demanda para a operacionalização da prática profissional na política de R.H. em Alagoas é uma realidade, pois como Mota afirma: “a saúde do trabalhador constitui uma expressão concreta, privilegiada, da realidade sócio-econômica e política das relações de trabalho” (2000:180).

Além disso, deve-se chamar a atenção para a seguinte questão: os programas das empresas privadas de Alagoas, independente do ramo da organização, sejam serviços sociais, usinas, transporte coletivo e etc, concorrem sempre para o desenvolvimento de ações e atividades similares. E os objetivos perseguidos nos projetos e programas caminham sempre na mesma direção, ou melhor, para a equalização dos problemas e

[2] Existe diferença entre promoção e prevenção em saúde, pois a promoção de saúde requer a redução das desigualdades sociais, o desenvolvimento da qualidade de vida, mobilizar políticas de apoio à saúde, obter recursos e competência técnica, para que se possa promover e controlar a saúde, prevenir doenças, oferta a população as conquistas da ciência e a vida saudável para todos. Um outro modo de se produzir saúde são as ações de prevenção. A prevenção é definida como o processo de evitar doenças e outros agravos à saúde, através de medidas sociais ou médicas sanitárias, dirigidas a indivíduos, grupos populacionais ou à população como um todo.

demandas surgidos na própria órbita empresarial. Contudo, cabe situar que as diferenças estabelecidas se dão apenas nas suas nomenclaturas. [3]

Desta maneira, entende-se que estes programas e projetos enfatizados se voltam para integração do trabalhador à empresa, tendo num primeiríssimo momento a "intenção" da melhoria das condições de sobrevivência do trabalhador; entretanto, percebe-se que a sua real intenção é a de maximização dos lucros. Segundo as assistentes sociais entrevistadas, as empresas falam, ou melhor, solicitam e fazem o desenvolvimento de atividades, programas e projetos de promoção da responsabilidade social.[4]

Na verdade, existe uma diversidade de benefícios sociais desenvolvidos pela política de R.H. nas empresas alagoanas. Na prestação dos serviços e benefícios há uma divisão estabelecida entre os trabalhadores estabilizados e os de serviços precários. A acessibilidade aos programas, serviços e benefícios empresariais se vincula fortemente ao exercício de uma atividade específica e à qualidade da inserção do trabalhador nos setores estratégicos de produção. Além disso, os trabalhadores temporários não se constituem como trabalhadores de direitos, e sua continuidade depende diretamente do aumento da produtividade da necessidade empresarial.

3 CONCLUSÃO

O Serviço Social é uma profissão que ao longo de sua trajetória carrega consigo o caráter eminentemente educativo. A função educativa da prática do Serviço Social também se volta para a saúde do trabalhador. È importante destacar que, na área pesquisada são os detentores do capital quem estabelecem as atividades/ atribuições em relação aos serviços do assistente social junto às camadas empobrecidas da sociedade.

Diante das transformações societárias, pudemos perceber que a sociedade capitalista em seu discurso disfarça as suas reais intenções, a idéia de melhoria do ambiente de trabalho conjuga uma série de esforços para a máxima subserviência do trabalhador. A reestruturação produtiva, a partir da década de 90, em decorrência das novas

[3] Por exemplo: na empresa Indústria de Bebidas denomina-se programa de prevenção para a saúde; na empresa de Comunicação seu projeto tem como tema oficina de estresse; e na empresa de transporte coletivo, intitula-se por: IV evento de saúde e higienização da empresa. Assim, percebemos que todos dizem respeito a questões preventivas ligadas à saúde do trabalhador, e que em concomitância, também contemplam outros projetos existentes, denominados investimento no trabalhador, pois os projetos acima mencionados não deixam de ser também um investimento que a empresa realiza para com seus funcionários.

[4] Surge no novo contexto empresarial, com muita firmeza e emergência, a utilização desse novo termo e dessa nova prática na esfera privada: a "responsabilidade social" [4], que aparece nas 6 empresas pesquisadas, de forma direta ou indireta. Por exemplo, nos programas de: erradicação do trabalho infantil na órbita empresarial, de coleta seletiva de lixo, os voltados para comunidade e lazer, de educação para os trabalhadores seja em termos de alfabetização ou os de disseminação de hábitos saudáveis (jovens e adultos), e os eventos femininos etc.

tecnologias e da modernidade, vem intensificando o desenvolvimento de ações para a saúde do trabalhador. A ação profissional na promoção e prevenção da saúde, hoje, tem enfrentado inúmeros desafios, pois este profissional é requisitado para minimizar as seqüelas das mudanças estruturais na organização do trabalho que afetam a saúde do trabalhador. Para tanto, o empresariado tem buscado mecanismos de minimização dos problemas de saúde, pois a saúde do trabalhador significa a manutenção da capacidade produtiva e consequentemente dos seus lucros. Antagonicamente, as diretrizes que norteiam a profissão clamam pela viabilização e efetivação dos direitos dos sujeitos, (entre outros os direitos relativos à saúde) como forma de contribuir para a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

CÉSAR, Mônica de Jesus. **Serviço Social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional.** In: MOTA, Ana Elizabeth (org.). A nova fábrica de consensos. São Paulo, Cortez, 2000.

CFESS/Comissão de fiscalização. **Reflexões sobre as funções privativas do (a) Assistente Social,** Brasília: CFESS, 2002.

CRESS, Conselho Regional de Serviço Social 7ª região. **Assistente Social: ética e direitos. Coletânea de Leis e resoluções.** Rio de Janeiro, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade.** São Paulo, Cortez, 1999.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos.** São Paulo, Cortez, 2000.

MOTA, Ana Elizabeth (org.). **A nova fábrica de consensos.** São Paulo, Cortez, 2000.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo, Cortez, 1992.

_____.**Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 50, abr. Cortez 1996.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. **Mercado de Trabalho do Serviço Social: Fiscalização e Exercício Profissional.** Maceió: Edufal, 2002.